

Deputado denuncia movimento para adiar nova Constituição

Luis Antônio Ribeiro — 17/6/87

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — O deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), relator-adjunto da Constituinte, denunciou uma manobra articulada pelo Palácio do Planalto e pelo PFL para adiar para depois das eleições municipais a promulgação da nova Constituição. Adolfo informou que muitos constituintes o procuraram para lhe dizer que estavam recebendo apelos e pressões a fim de não darem quórum nas próximas sessões. "Acho tudo isso profundamente lamentável e impatriótico", afirmou. "A nova Constituição não pode ficar ao sabor desse tipo de apetite".

Segundo ele, a manobra tem, a curto prazo, dois objetivos: impedir que as eleições de novembro sejam disputadas em dois turnos (o PFL teme ser esmagado pelos demais partidos) e deixar para 1990 a entrada em vigor da reforma tributária que beneficiará estados e municípios. A longo prazo, o objetivo é evitar os dois turnos na eleição presidencial de 1989.

Estratégia — A denúncia de Adolfo de Oliveira evidenciou o temor que começou a tomar conta de setores ponderáveis do PMDB e da esquerda quando o presidente José Sarney foi à televisão criticar a Constituinte, e o líder do PFL, deputado José Lourenço, passou a dizer que as votações do segundo turno deveriam ser como as do primeiro, ou seja, com a discussão de artigo por artigo do projeto constitucional. Na quinta-feira, o temor cresceu depois que o quórum, que se mantinha em torno de 340 desde o começo da tarde, desabou



Adolfo: evidenciando temor

para menos de 270 em menos de meia hora, o que provocou a suspensão dos trabalhos. De acordo com o deputado César Maia (PDT-RJ), muitos dos constituintes deixaram de votar, embora estivessem em plenário, para provocar a falta de quórum e o fim da sessão.

Adolfo esclareceu que um dos aspectos da manobra seria de caráter político-eleitoral. Se a futura Constituição não for promulgada em tempo hábil, as eleições de 15 de novembro serão em apenas um turno. A Constituição atual não prevê os dois turnos.

A estratégia do PFL para a campanha deste ano, como muitos pefelistas

confirmam, é responsabilizar o PMDB pelo fracasso dos sucessivos planos econômico-financeiros do governo federal. Os pemedebistas já perceberam isso e pretendem reagir, fazendo o deputado Ulysses Guimarães subir aos palanques com a nova Constituição debaixo do braço. Alguns pefelistas, entre eles o líder no Senado, Marcondes Gadelha, dizem ter sido o próprio deputado José Lourenço que revelou, desastradamente, essa estratégia eleitoral, ao tentar responder ao discurso de Ulysses na quarta-feira, dizendo que a Constituição seria "de todos nós".

Receita — O deputado do Estado do Rio, juntamente com um pefelista da Bahia, também explicou como seria a manobra para impedir a aplicação da reforma tributária. Pelo projeto, ela começa a vigorar cinco meses após a promulgação da Constituição, devendo os estados e municípios receber as novas receitas a partir do sexto mês. Ora, se a Constituição for promulgada após as eleições, em fins de novembro, a reforma tributária só entrará em vigor em abril de 89, e os estados e municípios começarão a sentir os primeiros resultados em maio.

Conforme os dois parlamentares, é exatamente no primeiro semestre que o governo federal recolhe a maior parte de sua receita; no segundo semestre, ela é insignificante. Outro fato contribuiria para o emperramento da reforma: com a nova Constituição federal, os estados e municípios dificilmente terminariam antes do fim de 89 a adaptação de suas constituições e leis orgânicas. Assim, não haveria mecanismos para o recebimento dos novos tributos.

Governo e PFL não acertam o passo

Interessados, desde o começo da Constituinte, em garantir a qualquer custo os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, o governo e o PFL têm sido incapazes de coordenar a manobra denunciada por Adolfo de Oliveira. Assim, enquanto os ministros da área econômica elaboram o orçamento de 89 já adaptado à reforma tributária que virá, com a perda de receitas da União, ministros como Prisco Viana (Habitação), João Alves (Interior) e José Reinaldo (Transportes) continuam advertindo os parlamentares de que, com a nova distribuição de receitas, não haverá dinheiro para as obras que pedem.

Um senador do PFL reconhece que, além de José Lourenço, o ministro Antônio Carlos Magalhães trabalha contra a nova distribuição de receitas. Os dois, na verdade, estão preocupados com o reforço que haverá no orçamento do governador Waldir Pires, seu velho adversário na política baiana. Na opinião do senador, não é a média do Palácio do Planalto que deseja atrasar a Constituinte, embora Sarney não tem o mínimo interesse em que ela ande rápido.

Pressões — O ministro João Alves negou qualquer articulação contra a reforma tributária: "O presidente diz que a União vai ficar enfraquecida com a

nova Constituição, mas a maior preocupação é com a transferência de recursos do PIS/Pasep e do Finsocial para a Previdência Social. Programas sociais importantes, como o da merenda escolar e do leite, serão afetados. Mas a Constituinte já está tão avançada que não é fácil reverter o processo."

Já o ministro José Reinaldo foi seco: "Desconheço totalmente o assunto. Nego isso peremptoriamente."

Se os ministros desmentem as pressões, um deputado pefelista que sempre batalhou pela reforma tributária confirma que elas existem desde a instalação da Constituinte, e deduz que o Planalto comanda o processo. Segundo ele, quem mais pressiona os constituintes é o ministro Prisco Viana, dono do cofre da Caixa Econômica Federal. Ele sempre diz aos parlamentares que o dinheiro não será tão fácil em 89.

Para esse deputado, o erro do governo é confundir poder político — representado pela romaria de governadores a Brasília para implorar recursos federais — com autoridade política, que é mais uma força moral. Ele cita o exemplo da rainha da Inglaterra que, para ter autoridade, não precisa distribuir verbas. Habitado à política do interior, onde tem suas bases, o deputado diz que, muitas

vezes, prestígio não se obtém com dinheiro. E ensina que chegar às bases num avião da FAB pode dar muito mais força e voto.

Pequenos — Se a reforma tributária não consegue unir o Planalto e o PFL, muito menos os dois turnos nas eleições de novembro. Se o deputado José Lourenço quer evitá-los, o líder do partido no Senado, Marcondes Gadelha, e o deputado Benito Gama reconheceram que isso será difícil.

Benito admite que, ao responder ao discurso de Ulysses, na quarta-feira, Lourenço desvendou a estratégia do PFL e deixou o PMDB em estado de alerta. Já Gadelha acha que os dois turnos só favorecem os pequenos partidos. "Portanto, se prejudicam o PFL, também atrapalham o PMDB." Para ele, os pequenos partidos é que, no segundo turno, vão poder impor condições ou negociar seu apoio aos candidatos.

O senador também não teme a resposta pemedebista aos ataques do PFL, que apontará o fracasso dos planos econômicos. A seu ver, a Constituição deverá ser promulgada em meados de outubro, quando será muito tarde para que o deputado Ulysses Guimarães saia em campanha com ela debaixo do braço.